Importem-se as seringas já!

Saúde

Saúde está ligada ao seu justo propósito de eliminar o contágio — não só da Aids — por transfusão de sangue e hemoderivados. Refere-se também a uma irregularidade, porquanto desde o início de 1986 a reesterilização é proibida no País. A questão, todavia, deveria ser enfrentada pelas autoridades — a começar pelo próprio ministro da Saúde — de outro ângulo, tanto mais objetivo quanto mais dramático, que diz respeito à grande escassez de seringas descartáveis e outros produtos essenciais (para o tratamento de doenças) no mercado brasileiro, ao ponto de chegar-se a situações absurdas como a seguinte: no ano passado, foram apreendidas em Uruguai — cidade fronteira com o Uruguai — 138.771 seringas e 332.230 agulhas que entravam no País ilegalmente, como contrabando. Disse a Polícia Federal que aquelas seringas custariam um terço do preço das nacionais. Por seu lado, os fabricantes nacionais declaram não ter capacidade para satisfazer a demanda nacional. Como é que ficam os hospitais e os doentes, então?

Se a seringa descartável falta no mercado, não pode ser reesterilizada e muito menos contrabandeada, o que fazer?

Precisaria haver muito esforço das autoridades — ou de quem quer que seja — para vencer a opinião pública de que a solução desse problema não é a simples liberação da importação! Realmente, não dá para entender: se não é nada difícil encontrar na praça uísques escoceses (importados legalmente ou contrabandeados), cervejas em lata (idem) até mesmo inferiores às similares nacionais, por que faltam insulina, materiais e instrumentos cirúrgicos e principalmente seringas descartáveis, quando se sabe que, importados, tais produtos entrariam por preços muito inferiores — o que contribuiria para cuidar-se melhor da saúde da população brasileira?

Não é segredo para ninguém o fato de os melhores hospitais do País serem obrigados a adquirir no Exterior *irregularmente* — o que sem dúvida poderia ser definido como contrabando

— aparelhos, máquinas, instrumentos, conjuntos de equipamentos representativos da tecnologia avançada posta a serviço da medicina. Se não o fizessem, deixariam de salvar muitas preciosas vidas por motivos de natureza puramente burocrática — “problemas com a Caixa”.

Se em lugar de preocupar-se tanto com os efeitos o ministro da Saúde fosse diretamente às causas, haveria de usar a força política de seu cargo para pressionar os setores da administração que *emperram*, dificultam, atrapalham, com suas normas absurdas ou papeladas sem utilidade, o *abastecimento* da população brasileira, no que diz respeito à importação de produtos essenciais à saúde.

Por uma questão de simples bom senso, no caso de produtos essenciais à saúde, não disponíveis ou em grande escassez no mercado nacional, facilitar a importação é uma indiscutível prioridade. Tudo o que se fizer para facilitá-la não passará de obrigação elementar do poder público.

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SAÚDE
3061 APT. 101 - JARDIM VILA
1986